

NACIONAL

CONTAS PÚBLICAS

Dívida Pública

A lenta redução no peso da dívida

No fechamento do ano, a relação dívida líquida/PIB pode voltar a superar os 50%

SIMONE CAVALCANTI E
FERNANDO NAKAGAWA
SÃO PAULO E BRASÍLIA

Ao sinal cada vez mais forte de que o governo usará parte do superávit primário para complementar investimentos públicos já em 2007, analistas fazem as contas e concluem que a queda da relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB) demorará mais do que o desejado. Projeção do Banco Central sinaliza que o indicador deve cair menos de um ponto percentual no próximo ano. O cenário se confirma se o crescimento econômico continuar distante dos 5%.

A possibilidade de o superávit efetivo no próximo ano ser reduzido de 4,25% para 3,75% do PIB já é dada como certa, inclusive pelo próprio ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. A diferença, de 0,5%, seria contabilizada como Projeto-Piloto de Investimentos (PPI) e se juntaria aos 0,6% do PIB propostos no Orçamento tendo como destino exclusivamente as inversões do governo federal. O PPI deve estar relacionado a projetos sustentáveis de infra-estrutura.

É consenso que o investimento é a mola propulsora da economia e que o nível de inversões públicas já chegou ao piso. Esse patamar vem sendo reduzido fortemente para ajudar a cumprir as metas de superávit, dado que, como os recursos para investimentos não são de aplicação obrigatória,

TRAJETÓRIA DE QUEDA
(em %)

		BRADESCO		AMIR KHAIR CONSULTORIA
Hipóteses básicas:	Superávit primário*	4,25	3,75	3,75
	Crescimento econômico	3,50	3,50	4,50 a 5,00
	Juro real	6,00	6,00	6,00
Projeções para 2010:	Dívida*	42,30	44,50	37,00
	Déficit nominal*	0,30	1,00	zero

Fonte: Instituições * Como proporção do PIB

acabam sendo os primeiros a serem economizados. Calcula-se que, para uma expansão econômica de 5%, seja preciso uma taxa de 25%, ante os atuais 20% do PIB.

O diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco, Octávio de Barros, ressalta que a redução desagrada ao mercado. "E mercado entende-se qualquer pessoa de bom-senso que queira a queda mais rápida da relação entre a dívida e o PIB e, conseqüentemente, o recuo da carga tributária. Por isso, acham ruim o superávit menor. Mas, enfim, a redução já está precipitada". O temor é também que,

se o governo não controlar suas despesas correntes, haverá cada vez menos recursos para os investimentos orçamentários.

Barros lembra que, apesar do baixo crescimento e da ausência de reformas estruturais a trajetória da relação entre dívida pública e o PIB é decrescen-

te. Em novembro, o indicador caiu de 49,5% do PIB para 49,3%. O valor equivale a R\$ 1,047 trilhão. Dezembro, no entanto, o número deve subir novamente. Com o pagamento do 13o salário, o chefe do departamento econômico do BC, Altamir Lopes, aposta em

50,2% ao final do ano. Para dezembro de 2007, a proporção deve cair para 49,3%.

Pelas simulações feitas pela equipe do Bradesco, a manutenção de um superávit primário de 4,25% do PIB até 2010 levaria a relação entre a dívida e o produto para a casa dos 42,3%, patamar quase oito

pontos inferior à projeção para o final de dezembro. Mas, se o esforço fiscal for de 3,75%, a dívida fica em 44,5%. Tudo isso considerando crescimento econômico de 3,5% e a taxa básica de juros real de 6% ao ano. Nas duas situações não é possível zerar o déficit nominal.

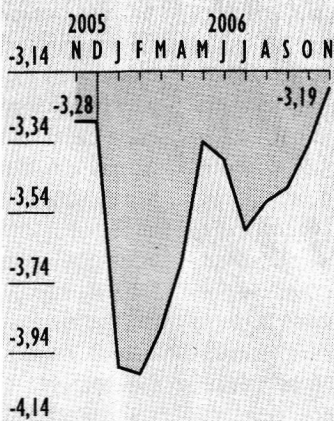
Como é mais otimista com relação ao PIB, para o qual projeta expansão entre 4,5% e 5% nos próximos anos, Amir Khair, especialista em contas públicas e ex-secretário municipal de Fazenda de São Paulo, diz acreditar ser totalmente possível que, em 2010, a economia do governo seja suficiente para pagar a totalidade dos juros da dívida pública, leia-se déficit nominal zero. E mais, que a relação entre a dívida e o PIB esteja em 37%. Mas isso não quer dizer que é preciso só esperar pelo crescimento para fechar a equação. "O governo tem um espaço forte para a racionalização de despesas e para melhorar sua gestão e eficácia", diz o consultor, ressaltando que isso também vale para os estados.

Entre janeiro e novembro, o setor público consolidado (União, estados municípios e suas respectivas empresas) fez esforço fiscal equivalente a 4,41% do PIB ou, em termos nominais, R\$ 91,497 bilhões. O percentual é superior à meta estabelecida para o ano, de 4,25%. Lopes, do BC, avalia que é praticamente certo que o ano vá terminar com o cumprimento da meta, mesmo se dezembro tiver déficit primário de R\$ 8 bilhões. O resultado negativo esperado para o último mês do ano, no entanto, deverá ficar menor que esse patamar.

O esforço fiscal do acumulado do ano, contudo, foi insuficiente para fazer frente ao gasto com juro, que somou R\$ 157,711 bilhões. Assim, o resultado da conta ficou negativa em R\$ 66,214 bilhões ou 3,19% do PIB no chamado déficit nominal. Para dezembro, Lopes acredita que a essa proporção suba para 3,5% e, ao final de 2007, recue para 2,5%.

RESULTADO FISCAL*

Conceito nominal
(em % do PIB)



Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil * Em 12 meses